

...ro indo continua surdo e mudo. É a zona do vácuo, da inaudibilidade. Parece que as telefonistas do Serviço Interurbano de São Paulo jogarem assim que entram no trabalho, o pó de intermímim, imaginando pelo espírito chatote de Monteiro Lobato. Elas se voltalizam, desparatizam, sozinhos. Improcedo a hipótese de ainda que provocado pela terrível mocha africana, porque não há ouvidos que não ouçam o estralante retinar do telefone. E quando uma delas volta a materializar-se e resplandecer os sentidos, sua vozinha meiga e cheia de solicitude reatim, o suplicante. "Ah! Até que enfim!". Esvalta-se-lhe num largo suspiro de conformismo a carga de justíssimas impropriedades entalhadas para a ocasião. Mas — oh! "engano a alma, lido e cego, que a fortuna não deixa durar muito!" — a esperança se desfaz como bolina de sabão. Acrescenta a gentil telefonista, sem revolta, a pergunta está sujeita a horário indeterminado. Poderá ser feita dali a minutos, ou a horas, ou a dias... Não estou exagerando. O fato é de experiência própria e de fácil verificação. Seja inferente que os Diretores da Companhia Telefônica Brasileira em São Paulo, sem revelarem sua identidade, tentassem obter um inquerito. Seriam na própria pele o comércio algeico provocado pelo telefone.

Ora, é preciso pôr um parêntese a este deplorável estado de coisas. Não é concebível que São Paulo, a Cidade Brasileira, esteja, em matéria de comunicação telefônica, atrasada de décadas. Tudo isto e fruto, já se vê, da displicência gorda, oleosa, esparalhada, que envolve a quase tudo e a quase todos em nosso país, e tanto mais dolorosa quanto cada vez menos se podem localizar os focos de sua origem, para a apuração de responsabilidades. Tudo se perde, numa investigação com tal objetivo, na difusa exploração que "mãe explica" de um sem-número de repartições que parecem brincar de esconde-esconde, fazendo um pedido de informações anelar aqui para ali, de cá para lá, e de lá para cá, numa interminável série de evoluções que levam dias, semanas, meses, para, no final, receber o competente despacho: "A vista das informações, arquivou-se".

Éis um quase retrato do Brasil burocrático, dessa burocracia que camufla e só surdamente o organismo nacional, tanto na esfera pública como na particular. As consequências, fáceis e imagináveis, não vou discorrer sobre elas, para não fugir à brevidade que me impus na indicação deste assunto, não obstante sua grande importância.

É desejo, ao terminar, sugerir aos mandatários da Companhia Telefônica Brasileira que, a continuarem as coisas como vão, mudem, em São Paulo, o símbolo de sua Empresa — de um sino, transmissor de som velho, para uma tartaruga, símbolo da vagarosidade e da ineficiência. *(Muito bem; muito bem)*

O SR. BENJAMIN FARAH — *(Não foi revisado pelo orador)* — Presidente, aqui estou para dirigir novo apelo ao Sr. Ministro da Fazenda no sentido de pagar o abono de emergência aos ferroviários da Central do Brasil, da Leopoldina, da Santos-Jundiaí, das estradas de ferro do Nordeste e nos servidores do IBGE. Aproveitando a oportunidade, quero chamar a atenção do Governo para o aumento das taxas escolares dos estabelecimentos de ensino desta Capital e de outras cidade do País.

Sr. Presidente, no momento, os diretores dos colégios estão majorando a vontade as taxas escolares. E nós, aqui, não podemos ficar indiferentes, assistir ao drama daqueles que desistem de melhorar o padrão de ensino,

sem que, no Congresso, lancemos um grito de solidariedade.

Os estudantes encontram-se completamente abandonados e, mais ainda, os chefes de família, sobretudo os de famílias pobres. O ensino, atualmente, é quase um privilégio de famílias ricas.

Sr. Presidente, no curto espaço de tempo destinado às comunicações urgentes não nos é possível focalizar este assunto, com profundidade. Mas voltaremos a tribuna para solicitar a atenção do Governo e expor o nosso ponto de vista. Desde já, porém, aqui fica o nosso protesto contra tal abuso, contra o mercantilismo do ensino no País, esperando que o Executivo e o Poder Judiciário neste sentido. *(Muito bem; muito bem)*

O SR. GENTIL BARREIRA — *(Não foi revisado pelo orador)* — Sr. Presidente, faleceu, no Ceará, o Dr. Paulo Rodrigues, expresso máximo de notável médico e político em minha terra. *(Muito bem; muito bem)*

O SR. LUCILIO MEDEIROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados, sabido último ficou concretizada a ligação ferroviária da Estrada de Ferro Nordeste do Brasil, chegando a cidade fronteiriça de Corumbá a composição de passageiros, no seu horário normal.

Há 40 anos aguardava aquela cidade a conclusão de uma obra que ficou desde 1914 para ser terminada. Sua gente vibra de emoção por vê-la agora ligada diretamente a todos os centros industriais populosos do país.

Na qualidade de representante nesta Casa do Estado de Mato Grosso quero congratular-me com o atual Diretor da Estrada de Ferro Nordeste do Brasil General Marinho Lutz, bem como com o ex-Diretor, General Lima Figueiredo, pelos esforços despendidos para a conclusão daquele trecho. Extensivos são também os agradecimentos do povo corumbanense aos Presidentes Dutra e Vargas.

Desejo também transmitir a gratidão do povo de minha terra a todos os engenheiros e funcionários que colaboraram na realização daquele tão ambicionado empreendimento. *(Muito bem; muito bem)*

O SR. CALENO PARANHOS — *(Não foi revisado pelo orador)* — Sr. Presidente, cumprindo a Constituição estabelece a Lei n.º 1.803, de 5 de janeiro de 1953, providências para a escolha do sítio da nova Capital Federal.

E mais ainda: fixa o prazo de 60 dias para que essas providências sejam tomadas pelo Poder Executivo. Até hoje, decorridos já os 60 dias de lei, não se sabe de nenhuma notícia por parte do Governo, mandando proceder a estudos para a escolha do sítio da nova Capital do País.

Assim, encaminho a V. Ex.º o seguinte requerimento:

"Requiro a V. Ex.º nos termos do Regulamento seja solicitada ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas a seguinte informação: Estabelecendo a Lei n.º 1.803 de 5 de janeiro de 1953 publicaca no Diário Oficial de 8 do referido

mês, del que dando cumprimento à Constituição autoriza o Poder Executivo a realizar estudos definitivos sobre a localização da nova Capital da República) em seu artigo 1.º, § 3.º que o prazo para o início desses estudos será de sessenta dias a contar de sua vigência por que S. Ex.º não providenciou, até hoje decorridos já nove dias da extensão daquele prazo, a constituição da comissão de técnicos para a escolha do sítio da nova Capital do Brasil.

Sala dos Estados em 17 de março de 1953. — Galeno Paranhos".

Era o que tinha para dizer. *(Muito bem; muito bem)*

O SR. FERREIRA DA SILVA — Sr. Presidente, para aqueles que vem apreciando a conduta de nossos homens públicos, naquilo que diz respeito aos atos de interesse da nação a presença de pessoas ilustres coliga, Sr. Euvaldo Lodi, nos Estados Unidos da América do Norte, atendendo convite capital dos homens de negócios da grande república, líder do continente, constitui acontecimento de grande importância, digno de especial registro.

Na verdade o nobre colega da bandeira mineira, vem-se destacando desde muito, em suas atividades no campo da economia e da política em nosso País, pela atividade de suas críticas energéticas e objetivas à orientação da chamada política continental de harmonização lançada pela Norte-América, salientando os seus erros e a sua situação negativa em relação ao Brasil.

E sabido, Sr. Presidente, não haver agrado a atitude desastrosa de Euvaldo Lodi nos meses em que ainda presidia certo grupo de especuladores internacionais, sempre voltados em submeter os interesses econômicos nacionais no juízo fêbre de pontos de vista do exterior, que nos são prejudiciais.

A sua posição destacada de Presidente da Confederação Nacional das Indústrias, entretanto, deu-lhe autoridade para poder agora falar bem alto, de igual para igual, aqueles que no passado pela amizade onde ora se encontra, têm o comando das armas na América Latina, tanto pelo predomínio universal de sua mescla, como pela supremacia de suas indústrias, em expansão avassaladora e ainda irremediável, por todo o mundo.

O país inteiro, Sr. Presidente, conhece hoje as feições de Euvaldo Lodi, as suas considerações energéticas em torno da aplicação negativa do Plano IV, da política de Truman, em nosso país. Em todos os Estados, em conferências públicas de grande oportunidade e ressonância, o nosso ilustre colega, expôs aos brasileiros a verdadeira situação de país aliado da Norte-américa e reclamou o tratamento que nime a que fazemos juízo, no campo de nossas relações comerciais e de nossos interesses econômicos.

Os magnatas norte-americanos, imprecisados pela franqueza e pelo conteúdo realístico de suas críticas, decidiram ouvir, dispostos que estão a envolver pelo bom caminho de uma política de cooperação que demonstre, na verdade, intuídos de se colocar o Brasil no lugar que merece dentro do Continente, como país de grandes possibilidades, a maior fornecedora de matérias primas substanciais do mundo e cujo crescente desenvolvimento industrial está despertando o maior interesse.

Muito devemos esperar, Sr. Presidente, da ação do Deputado Euvaldo Lodi, nessa embaiada de amizade e confiança que o levou aos Estados Unidos e em que, com o coração pulsado pelo Brasil, saberá fazer ver aos homens de negócios e aos políticos responsáveis norte-americanos, que o Brasil colonial já não existe. Ao contrário, somos um povo capaz, uma nação len e progressista, merecedora de tratamento condigno, para que possa

firmar-se em condições de garantir a segurança das Américas, cumprindo fielmente seus compromissos internacionais. *(Muito bem)*

O SR. CELSO PECANHA *(Não foi revisado pelo orador)* — Sr. Presidente, tangidos pela situação aflitiva do problema habitacional na Capital da República, mais de mil famílias nosso se instalaram no território do Duque de Caxias, numa faixa de terra da Marinha, às margens do Rio São João de Meriti. Esses nossos patriotas há mais de cinco ou dez anos estão ali fazendo suas plantações e colheitas. Agora, num período em que a União vai transpor essas terras para o Ministério da Marinha, estão os representantes do Governo, ou, pelo menos, procurando destruir as vantagens dessas nossas patriotas, invadindo o seu território e destruindo tudo aquilo que lá existe.

Quero, Sr. Presidente, desta tribuna, fazer um apelo ao Governo no sentido de providenciar a defesa dessas plantações, a fim de evitar sejam elas destruídas, ainda mais, no momento, tão aflitivo para a população de nossa terra.

Um propósito, vou ler memorial dirigido ao Presidente da República pelos interessados (L):

"Excelentíssimo Senhor Doutor General Dornelles Vivas, Muito Digno e Precioso Presidente da República.

— Cordiais e respeitosa saudações.

Com a mais elevada venia e sentimento ao que Vossa Excelência houver por bem determinar, os infra-assinados, todos domiciliados há mais de doze meses, nas terras de marinha situadas no primeiro distrito do Município de Duque de Caxias, próximo a variante da Auto-estrada Rio-Petrópolis e margem do Rio São João de Meriti, todos também devidamente nomeados e qualificados neste memorial, pedem e esperam merecer de Vossa Excelência a indulgente atenção de aceitar, examinar e julgar como de Justiça, com o reconhecimento e devido espírito de patriotismo, de justiça social e de bondade equitativa que caracterizam Vossa Excelência, dignificando pelo saber, pelo alto espírito de humanidade, Justiça e patriotismo contribuir todos os atos do vasto recato do Governo em benefício da Pátria, das nossas Instituições e do povo em geral, especialmente das classes menos favorecidas economicamente, este memorial, em cujo relato exato dos fatos que narra, existe a dor e o temor que dominam os signatários em serem destruídas as suas habitações e plantações e o desabrigo para as suas proles, constituídas de mulher e de filhos ainda crianças, e o apelo que dirigem a Vossa Excelência, com alto acatamento e respeitosa confiança no que houver por bem determinar em benefício dos signatários, como, com sinceridade de propósitos e humildade pedem e esperam merecer de Vossa Excelência, por este

MEMORIAL

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, permita Vossa Excelência, que, com elevado respeito e submissão os signatários façam a seguir, os relatos dos fatos que determinaram ser elaborado e dirigido a Vossa Excelência este memorial e feito o apelo, que nele fazem a Vossa Excelência, como é exposto, a seguir:

I

— Existe no Município de Duque de Caxias uma faixa de terras de marinha que partindo das margens do Rio São João de Meriti, nos limites do citado município e o Distrito Federal até a ponte da E. F. Leopoldina, contornando a Auto-estrada Rio-Petrópolis (variante), confrontando pelos fundos com terras da Empresa Melhoramentos de Caxias e pela frente as terras de Nery Martins (Parque Duque de Caxias),